

DECOLONIZANDO SABERES: POR UM OLHAR AFRO-LATINO-AMERICANO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Tayná Santos Conceição*

Resumo: O presente artigo tem por finalidade identificar, no estudo das teorias das relações internacionais, paradigmas que beneficiam o eixo Europeu-Norte-Americano em relação ao continente africano e a América Latina, especialmente no que concerne a ascensão capitalista por meio da ideologia racial. A revisão bibliográfica foi a metodologia de pesquisa utilizada. Autores africanos como Fanon, Oyěwùmí, e o latino-americano Aníbal Quijano, oferecem alternativas para um novo modo de se pensar as teorias das relações internacionais, visto que é necessária a formulação de um pensamento internacional que não se sustente numa visão euro-americana do mundo e suas desigualdades de classe, gênero e raça.

Palavras-Chave: Relações Internacionais. Colonialidade do Poder. Afrocentricidade. América Latina. África.

Abstract: This article aims to identify, within international relations theories, paradigms that benefit the euro-american axis in relation to the African continent and Latin America, especially in light of the rise of capitalism, through racial ideology. The methodology used was the bibliographic research. African authors such as Fanon, Oyěwùmí, and the Latin American Aníbal Quijano offer alternatives for a new way of thinking about theories in the international relations field, since it is necessary to reformulate an international thought not based on a euro-american view of the world and its inequalities of class, gender and race.

Keywords: International relations. Coloniality of Power. Afrocentricity. Latin America. Africa.

Considerações Iniciais

O conhecimento é construído em campos diversos, fruto de processos históricos, científicos, sociológicos e filosóficos que constituem os saberes dentro das relações humanas, tornando-se, assim, parcial às relações de poder estabelecidas nas sociedades. Ao tomarmos como linha de pensamento a “Colonialidade do Poder”, questionamos a quem saberes tidos como neutros servem senão a uma estrutura enraizada num imperialismo sustentado por explorações de cunho racial, de classe e de gênero, na qual a linha do tempo do mundo tem início numa África “primitiva”, quase “animalizada”, e alcança sua “modernidade” através do homem branco industrial na Europa e na América do Norte (QUIJANO, 2005).

*Graduanda em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, no departamento de Letras e Artes (DLA), da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus- Bahia-Brasil. E-mail: taynah.lnh@gmail.com

O estudo das Relações Internacionais nasce num campo multidisciplinar onde há o atravessamento de disciplinas diversas. No entanto, passa a ganhar autonomia dentro da ciência política nos Estados Unidos e no Reino Unido no século XX (MENDES, 2013). Tal composição diversa não escapa, porém, de um sistema no qual processos de dominação, historicamente exercidos pela Europa e Estados Unidos estendem-se e os torna protagonistas de uma narrativa em que a estrutura do sistema mundial, todos os acordos, políticas, formações de blocos econômicos e relações entre estados partem de um pressuposto sectário no qual a subalternidade de países latino-americanos e africanos são evidentes.

A ideologia de desenvolvimento capitalista mantém suas bases na colonização expressa no sequestro dos povos do continente africano, exploração de mão de obra indígena, racismo e patriarcalismo. Logo, as teorias das relações internacionais (RIs) pertencem a esse *modus operandi* e contribuem com uma visão debilitada de Estados que já iniciam suas relações em clara desvantagem, visto que agentes do sistema internacional (OIGs, OINGs, Blocos Econômicos, etc.) estão influídos pelo que Spelman (1988 apud OYĚWŪMÍ, 2004), chamou de solipsismo branco, no qual a experiência da branquitude é o único ponto de partida e apenas seu modo de viver, produzir, pensar, contar e teorizar é válido.

A reflexão acerca dos estudos das Relações Internacionais como disciplina, numa perspectiva afro-latino-americana, contribuirá com a onda decolonizadora de conhecimento que tem aparecido de modo latente na academia nos últimos anos, ao possibilitar que pesquisadores da área de RI produzam e (re)interpretem teorias a partir do Sul, ressignificando o próprio modo de se pensar o campo das relações internacionais, apontando os prejuízos causados pela colonização com autonomia para construir narrativas diferentes, que fujam do estigma causado por séculos de marginalização.

Diante disso, através de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, esse artigo tem por objetivo geral expor, no estudo das teorias das relações internacionais, paradigmas que beneficiam os Estados Unidos e a Europa em relação à América Latina e ao continente Africano, buscando responder à seguinte pergunta: Como descolonizar os estudos das relações internacionais a partir do Sul?; e tendo por objetivos específicos: a) Compreender o significado de raça, segundo Quijano (2005), e como este se insere na relação entre Estados; b) Apontar o racismo como ferramenta principal do Ocidente para desumanização de povos não brancos, e finalmente, c) Mostrar mudanças na disciplina das relações internacionais com o advento do pós-colonialismo e ascensão dos estudos decoloniais.

Em relação à estrutura deste trabalho, inicialmente, apresentam-se breves definições das principais teorias das relações internacionais, tradicionalmente utilizadas como ponto de partida para se compreender a história das RIs, relacionando-as com a problemática colonial. Posteriormente, os conceitos de colonialidade do poder e Afrocentricidade são inseridos à luz da possibilidade de um olhar afro-latino-americano nas relações internacionais, seguido pelas considerações finais, e, finalmente, pelas referências.

As teorias das Relações Internacionais

A epistemologia das relações internacionais, explicadas nas várias escolas de pensamento das RIs a serem tratadas muito brevemente nas próximas seções, mostram as correntes do discurso que a área tem tido em sua formação como campo teórico, desde o realismo – baseado numa pretensa natureza humana (ocidental) que busca o poder por instinto – até o pós-colonialismo, que trouxe possibilidades de novas perspectivas para a área, apontando que verdades anteriormente tidas como universais, definições, discursos, práxis e narrativas, seriam, de fato, frutos da história contada por aqueles com o poder, pois: “são os vitoriosos que exprimem juízos de valor e lógicas normativas concernentes aos seus eventos pontuais” (CASTRO, 2012, p. 390).

Realismo e Neorrealismo

As tentativas liberais de orientar um cenário internacional que impedisse o surgimento de outra grande guerra foram justamente os motivos para a eclosão da Segunda Guerra Mundial. De acordo com Carr (2001, p. 14), o conhecimento sobre o campo da política internacional, ainda em modo embrionário na época do pós-Primeira Guerra, apareceu de modo utópico, visto que o foco dos idealistas (liberais) estava em teorizar sobre possibilidades de um novo modo de agir da sociedade, para que não ocorresse outra catástrofe – quando de fato, estes deveriam analisar o cenário internacional tal como é, assim, de modo factível e prático, evitar-se-ia verdadeiramente um novo conflito mundial de tamanha magnitude.

Segundo Morgenthau (2003, p. 51), “o poder político consiste em uma relação entre os que o exercitam e aqueles sobre os quais ele é exercido”. O realismo caracteriza-se, então, pela visão hobbesiana do homem que se move pela vontade de poder, na qual instintivamente busca conquistar a todo custo.

A tradição hobbesiana descreve as relações internacionais como uma guerra de todos contra todos; uma arena de combates em que cada Estado está em preso contra o outro. As relações internacionais, em uma perspectiva hobbesiana, representam o puro conflito entre Estados e se assemelha a um jogo que é inteiramente distributivo ou uma soma-zero: os interesses de cada Estado excluem os de quaisquer outros (BULL, 2002, p. 23 apud MIGUEL, 2010).

O cenário internacional seria, portanto, um espaço anárquico em que Estados relacionam-se constantemente em clima de conflito, onde não há possibilidade de colaboração e vitória mútua, nem uma força maior que os auxiliem na resolução de conflito. Por esse motivo, a guerra é uma possibilidade inerente, e, assim sendo, há sempre perdedores em detrimento de vencedores – aqueles que, com maior força militar e econômica, mantêm a ordem e manejam o funcionamento do sistema internacional com o intuito de fortalecer sua política nacional.

Nos anos setenta e oitenta, o neorealismo surge, em oposição ao neoliberalismo, na segunda geração dos estudos das relações internacionais (CASTRO, 2012, p. 385), para reformular o realismo tradicional. O pensamento essencialista arraigado numa premissa na qual a “natureza humana” – impulsiva e egoísta – seria o motivo pelo qual o sistema internacional viveria em conflito, é refutado.

Para o filósofo norte-americano Kenneth Waltz (1924-2013), as guerras acontecem devido a estrutura anárquica do sistema internacional, os Estados deixam de buscar o poder como fim em si mesmos no neorealismo, e passam a utilizá-lo como um instrumento a manter seu status-quo, pois quanto mais armamentos um Estado detiver, maior a sua garantia de segurança. O autor ainda afirma que um cenário internacional bipolar – onde duas grandes potências coexistissem numa rivalidade cooperativa – tornaria o sistema internacional menos instável. Essa teoria perdeu força com o colapso da URSS e o fim da Guerra Fria (CASTRO, 2012, p. 327).

Liberalismo

Um dos grandes debates nas relações internacionais é o do “Realismo versus Liberalismo”. De fato, realistas empenharam-se na formulação de argumentos contra as propostas de análise da sociedade internacional feitas por – assim por eles chamados – idealistas. No entanto, os autores liberais formam um dos grandes pilares do que se conhece como a disciplina dos estudos das relações internacionais, visto que suas ideias permeiam, ainda hoje, o pensamento ocidental sobre o funcionamento do mundo (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 58).

A tradição liberal é o fundamento de propostas que envolvem o papel das organizações e do direito internacionais para a geração de mais cooperação e mais ordem no sistema internacional. Como há uma relação inerente entre razão e paz, há um enfoque nos mecanismos que potencializam o uso da razão como o direito, a arbitragem, a negociação e a administração coletiva dos conflitos (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 44).

De acordo com Castro (2012, p. 339), “o liberalismo clássico defende o pacifismo de cunho cooperativo, transparente e progressista além do conjunto de princípios jusnaturalistas (kantianos)”. Além de contar com as seguintes premissas: “a lógica da boa-fé, da cooperação, da interação normativa e igualitária das unidades políticas na esfera internacional e um arcabouço jurídico capaz de articular a paz e a justiça mundiais por meio de partilha e aceitação de valores universais” (CASTRO, 2012, p. 340).

O liberalismo é plural em sua própria concepção, não podendo ser reduzido a um único modo de pensar, como afirmam Nogueira e Messari (2005, p. 58). Filósofos como Kant (1724-1804), considerado como um dos que inspiraram os pensadores liberais, tinha em sua própria produção ideais que se contradiziam. Se por um lado defendia a liberdade, a propriedade privada e a paz, por outro, carregava em seus escritos o racismo e uma misoginia transparentes.

Em “*Kant's Second Thoughts on Race*” (KLEINGELD, 2007, p. 573, tradução nossa), a autora cita um ensaio¹ de Kant, no qual ele afirma que “pessoas da África e da Índia não tem um ‘impulso para a atividade’ e, portanto, faltam capacidades mentais para serem motivados e

¹ “Kant's Gesammelte Schriften. Hrsg. von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Berlin und Leipzig: W. de Gruyter, 1923.

bem-sucedidos nos climas do norte, não se tornando nada além de vagabundos”². O conhecimento ocidental é caracterizado por ignorar crenças racistas e misóginas do que chamam de grandes pensadores, em nome dum “conhecimento maior” que suas obras trouxeram ao pensamento ocidental. Isso corrobora com a subhumanização daqueles que ficam sempre às margens do saber.

Marxismo

Segundo o manifesto comunista: “A história de todas as sociedades até o presente é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 1998, p.1). Assim sendo, seria necessária uma revolução das classes exploradas, que, ao tomar os meios de produção, derrubaria o capitalismo, tal como o Estado, e, como consequência, ascenderia o comunismo.

Há diferentes perspectivas sobre o marxismo como meio efetivo de libertação de povos não brancos, visto que apesar de Marx ter sido “[...]um dos mais radicais pensadores europeus” (DOVE, 2017, p. 18) e tendo exercido influência em vários autores como Cheikh Anta Diop, Frantz Fanon e Silvio Almeida, sua proposta revolucionária parte de uma perspectiva europeia. A feminista negra Angela Davis, apesar de marxista, faz importantes críticas ao marxismo ortodoxo e à esquerda por colocar classe como principal meio de opressão na sociedade capitalista, quando, na verdade, a raça seria tão importante quanto (DAVIS, 2016).

Para Mbembe (2016, p. 128):

[...] mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los.

Compreender a luta de classes no capitalismo sem apontar um dos maiores fatores para sua manutenção (o racismo), dentro da luta de classes, corrobora com o apagamento da resistência de não brancos, universaliza experiências europeias e fragiliza o entendimento do próprio funcionamento do capitalismo, visto que a raça é essencial para a manutenção do

² No original: “[...] people from Africa and India lack a ‘drive to activity’, and hence lack the mental capacities to be self-motivated and successful in northern climates, never becoming anything more than drifters.”

sistema capitalista. Uma luta especificamente de classes, sem considerar especificidades de raça e cultura não soluciona o problema da exploração.

Ao que concerne ao campo das RIs, no entanto, é certo que Marx não escreveu obras voltadas especificamente à área, mas isso não impediu que seus escritos influíssem na disciplina. O marxismo insere o materialismo histórico e o pensamento crítico nas relações internacionais, evidencia a ação da humanidade como sujeita da própria história, e remove o “estado de natureza” como regra de comportamento do sistema internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 106). O pensamento marxista demonstrou que o capitalismo não era um sistema natural, mas sim resultado de processos históricos materialistas e que o Estado era a representação maior dos interesses da burguesia e da nobreza, meio pelo qual estes exerciam seu poder de dominação (VIGEVANI et al., 2011).

Neoliberalismo

Antigamente as grandes nações mandavam seus exércitos conquistar territórios e o nome disso era colonização. Hoje as grandes nações mandam suas multinacionais conquistar mercados e o nome disso é globalização.

Milton Santos

O neoliberalismo é marcado pela importância das organizações internacionais (OIs) na dinâmica entre Estados e o avanço da globalização. Se no realismo, as OIs não são de grande relevância, no neoliberalismo tornam-se mediadoras do que Keohane e Nye (1977) chamam de “interdependência complexa”, na qual Estados, em dependência mútua, cooperam e buscam benefícios para ambos. O jogo deixa ser de soma zero, e “[o] poder e a circulação de informação através das instituições são as principais variáveis para a compreensão do sistema internacional” (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 45).

Há de se discutir os papéis das Organizações Internacionais no sistema internacional, visto que a vontade dos poderosos é determinante às suas ações. Segundo Braga (2000, p. 56), “[n]os dias atuais, não existe, na América Latina, qualquer ministro de Estado que possa tomar uma decisão macroeconômica importante, sem o consentimento da tecnoburocracia mundial do FMI [...]”.

A globalização, numa perspectiva neoliberal, possibilitou o fluxo de informações e capitais. As fronteiras do mundo se abriram numa nova forma de interação planetária. Nesse panorama de transformação (ocidentalização) no “mundo inteiro”, o conflito iminente do realismo não mais poderia determinar as relações entre os Estados, afinal, qual seria o benefício da guerra quando se pode ocupar territórios com empresas transnacionais? A dominação continuaria num neocolonialismo disfarçado de globalização.

Escola Inglesa

Em um viés intermediário entre realismo e liberalismo, a escola inglesa adotou a investigação histórica como ferramenta de compreensão dos acontecimentos e decisões dos Estados, assim como os fenômenos das relações internacionais. Para os teóricos da escola inglesa, apesar dos atores das relações internacionais agirem de modo diferente domesticamente, existiam certos direcionamentos ao longo da história que eram parecidos no que concerne aos seus posicionamentos externos.

Essa corrente defende que as relações entre Estados numa sociedade internacional formaria, como consequência, um modelo de sociedade mundial. Sociedade essa na qual seus membros se uniriam a partir de conceitos morais e desejo em melhorar o que os realistas acreditavam ser regra para as relações internacionais: o conflito constante, o estado de natureza. Além de acreditar que mesmo o sistema internacional sendo anárquico, uma boa relação entre eles seria possível (NASCIMENTO, 2011).

Autores como Martin Wight e Adam Watson, são alguns dos importantes teóricos da escola inglesa, que é eurocêntrica em sua gênese, não oferece perspectivas de se pensar as relações internacionais fora do seu eixo e não considera o estrago que a Europa causou no mundo como empecilho para a criação dessa sociedade mundial. Como disse Césaire (1978, p. 13), “[u]ma civilização que se revela incapaz de resolver os problemas que seu funcionamento suscita, é uma civilização decadente.”

Construtivismo

Desde o realismo até o liberalismo, a hierarquia e anarquia do sistema internacional eram pressupostos imutáveis. Não se considerava a possibilidade de reformulação do sistema em que o jogo de poder e suas estruturas de manutenção fossem modificadas. O debate construtivista emerge no final dos anos oitenta em crítica ao pensamento positivista das teorias clássicas das Relações Internacionais. Assim, nasce o terceiro debate das RIs: “Positivistas versus pós-positivistas”.

O positivismo das teorias clássicas das relações internacionais não considerava as identidades sociológicas, como culturas e costumes, partes da construção das políticas internacionais. Fato que, para os construtivistas, delimita a compreensão do sistema internacional e seus atores visto que estes se modificam e são modificados subjetivamente a partir dos interesses dos Estados (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 65).

Quando Neorrealistas oferecem a polaridade como explicação para a guerra, pergunte quais são as condições discursivas que constituem os polos como inimigos ou amigos. Quando Liberais oferecem a interdependência econômica como explicação para a paz, investigue as condições discursivas que constituem estados com identidades que se importam com livre comércio e crescimento econômico (WENDT, 1999, p. 135 apud LEHMAN, 2003, p. 9).

O construtivismo torna-se porta de entrada para estudiosos que defendem a concepção de que as regras do sistema internacional são socialmente construídas, e, como tal, mantêm relações a partir de sujeitos socialmente criados. Assim, fatores como gênero e raça passam a fazer parte da análise sociológica das relações internacionais.

Feminismo

O feminismo se insere como campo de análise no estudo das RIs com o objetivo de reinterpretar a formação do sistema internacional a partir de uma perspectiva de gênero. Apesar das diferenças no pensamento de estudiosas feministas da área, pode-se afirmar que todas elas se preocupavam com a análise das RIs dentro dessa categoria (MONTE, 2013, p. 69). De acordo com Castro (2012, p. 404): “[a]s alternativas [...] dos enfoques feministas envolvem repensar o

olhar hegemônico-dominante masculino em termos cruciais para a política internacional, tais como: poder, segurança, binômio guerra-paz, estabilidade e soberania estatal”.

As feministas se propuseram a evidenciar a ausência de mulheres na política internacional e como a formação das teorias clássicas das relações internacionais são embasadas em características entendidas como masculinas (na visão de masculinidade ocidental): a competitividade, o conflito, e a violência norteiam o sistema internacional e seus atores (MONTE, 2013, p. 71). Ora, pode-se utilizar dessas mesmas características para definir o modo no qual a branquitude europeia agiu ao longo da história para subjugar e instaurar sua soberania sobre outros povos. Quando se fala de extermínio de um povo, o genocídio incide sobre todos os membros da comunidade em questão – ainda que de modo diferente – portanto, o recorte apenas de gênero seria insuficiente para suprir pautas de mulheres não brancas.

Na perspectiva feminista, o ser mulher foi construído a partir do antagonismo do ser homem, o que gera inferiorização das mulheres e as excluem de posições de poder. Vale ressaltar, no entanto, que o movimento feminista foi criado por mulheres acadêmicas de classe alta no século XIX, baseadas em movimentos europeus como a revolução industrial e a revolução francesa (COSTA; SARDENBERG, 2008). Estas mulheres brancas reivindicavam igualdade de direitos perante seus semelhantes: os homens brancos.

Muitos estudiosos têm criticado o gênero como um conceito universal e têm mostrado a medida em que ele é particular a políticas de mulheres anglófonas/americanas e brancas, especialmente nos Estados Unidos. Talvez a crítica mais importante de articulações feministas de gênero é aquela feita por uma série de estudiosas afro-americanas que insistem que nos Estados Unidos de forma alguma o gênero pode ser considerado fora da raça e da classe. Esta posição levou à insistência sobre as diferenças entre as mulheres e a necessidade de teorizar múltiplas formas de opressão, particularmente sobre as quais as desigualdades de raça, gênero e as desigualdades de classe são evidentes (OYÉWÚMÍ, 2004, p. 3).

O ser mulher ou tornar-se mulher (BEAUVOIR, 1980) do feminismo partiu de experiências puramente ocidentais que foram universalizadas. Não há possibilidade de transformação política no sistema internacional apenas com a superação do patriarcalismo ou inserção de mulheres brancas como lideranças nesse mesmo cenário. Quando se fala em emancipação feminista, deve-se considerar que enquanto sufragistas reivindicavam seus direitos ao voto, mulheres latinas, negras e indígenas viviam em condições sub-humanas.

[...] tanto o racismo como o feminismo partem das diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação. Cabe, então, a pergunta: como se explica este “esquecimento” por parte do feminismo? A resposta, na nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neo-colonialista da realidade (GONZALEZ, 2011, p. 13).

Segundo Oyěwùmí (2004, p. 2), “[p]esquisadoras feministas usam gênero como o modelo explicativo para compreender a subordinação e opressão das mulheres em todo o mundo. De uma só vez, elas assumem tanto a categoria “mulher” e sua subordinação como “universais”. O feminismo não acolheu mulheres não brancas em primeiro momento, acatar o feminismo ocidentalizado como um movimento político de mulheres, no plural, no qual atenderia todas as demandas do que significa ser mulher em diferentes recortes (raça, classe, cultura), seria perpetuar a normatividade da branquitude enquanto protagonista única da experiência humana e ignorar que mulheres brancas também se beneficiaram e se beneficiam com os moldes racistas desse sistema.

Pós-colonialismo

Os estudos pós-coloniais marcam uma mudança significativa nas práticas teóricas das relações internacionais, apesar da resistência na inserção da área nesse campo – visto que esta colocaria em evidência os erros e desmistificaria pressupostos tidos como universais da própria teoria – autores logram em publicar estudos nas RIs numa perspectiva pós-colonial, no início do século XX (ELÍBIO JUNIOR; ALMEIDA, 2013).

O pensamento pós-colonialista rejeita conceitos ocidentais enquanto definidores de identidades ou (des)identidades. Descolonizar é, antes de tudo, destruir o imaginário sustentado pelo sistema racista de produção de vida. É (re)construir, desde a gênese, o que significa ser e estar, para além do olhar essencialista do colonizador: “[a] descolonização é, em verdade, criação de homens novos” (FANON, 1968, p. 26). Pode-se perceber essas práticas em líderes de alguns governos, por exemplo, Evo Morales e sua luta anti-imperialista na Bolívia (CASTRO, 2012) e a proposta pan-africana de Kwame Nkrumah, em Gana (KAH, 2016).

Para Castro (2012, p. 394),

A força teórica da escola pós-colonial reside na legitimidade de buscas viáveis para os problemas paradigmáticos – e interparadigmáticos – resultantes das análises em Relações Internacionais que, desde os primórdios de sua formação estatocêntrica, muitas vezes, já chegam aos interlocutores e aos sujeitos cognoscentes de maneira viesada e manipulada.

O pós-colonialismo aponta o maniqueísmo dos aparatos de regulação da sociedade, situa as práticas colonizadoras desses processos em todos os campos da existência, desde a economia até os comportamentos sociais que animalizam os sujeitos colonizados a partir da dicotomia do ser branco/não branco, subordinando (os não brancos) pela raça, categoria de desumanização colonialista (FANON, 1968).

Colonialidade do poder e Afrocentricidade: por um olhar afro-latino-americano das relações internacionais

Não há nada mais correto para os povos africanos ou pessoas africanas no mundo, do que a nossa própria experiência histórica. Se nós estamos engajados no processo de maturidade, então precisamos estudar a nossa própria cultura, a nossa filosofia, precisamos honrar nossos ancestrais, precisamos respeitar as tradições filosóficas que durante milhares de anos produzimos. Não podemos simplesmente jogar isso fora, mas a experiência da escravidão, escravatura do colonialismo, o idealismo nos colocaram longe de nós mesmos, ficamos desorientados e, conseqüentemente, nos tornamos imitações da Europa.

Molefe Kete Asante, 2012, s/p

A formação basilar do sistema internacional é irremediavelmente sustentada nos processos imperialistas de sequestro de tribos do continente africano e servidão dos povos indígenas, inclusive na América Latina. As especificidades desses povos se perderam, tribos africanas (iorubás, zulus, congos) foram reduzidas a classificação "negro", enquanto indígenas (aimarás, chibchas) foram reduzidas a classificação "índio". Suas origens enquanto povo, costumes, filosofias e práticas sociais não tem lugar no moderno europeu. De fato, aparecem

dentro do binarismo europeu como o oposto do moderno, tornam-se primitivos. Passado. Sem valor (QUIJANO, 2005, p. 127).

A Europa cria então uma linha do tempo na qual a modernidade é a epítome do desenvolvimento humano, o que há de mais refinado e adequado. Vale ressaltar que o conceito de modernidade eurocêntrica se dá em todas as esferas, desde materiais até subjetivas. Para manter a exploração em nome do capitalismo, as novas categorias raciais se engendraram numa estrutura de divisão do trabalho em que os homens brancos são remunerados, assalariados, permanecendo nos melhores postos de trabalho, enquanto indígenas são destinados à servidão não assalariada e os, agora chamados, negros, permanecem em situação de escravização.

O controle do trabalho no novo padrão de poder mundial constituiu-se, assim, articulando todas as formas históricas de controle do trabalho em torno da relação capital-trabalho assalariado, e desse modo sob o domínio desta. Mas tal articulação foi constitutivamente colonial, pois se baseou, primeiro, na adscrição de todas as formas de trabalho não remunerado às raças colonizadas, originalmente índios, negros[...]. E, segundo, na adscrição do trabalho pago, assalariado, à raça colonizadora, os brancos (QUIJANO, 2005, p. 120).

Os fenômenos e decisões que estruturaram o campo das relações internacionais são reflexo dessa mesma política capitalista colonial, que apesar de modificar seus meios de dominação, segue com os moldes necropolíticos de controle em decidir sobre vida e morte a favor do Estado (MBEMBE, 2016). É o mecanismo de controle biopolítico no qual corpos não brancos tornam-se descartáveis.

Segundo Mbembe (2016, p. 123) a “[...] expressão máxima da soberania reside em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais”. O Estado, como soberano, tem o poder de decidir quais vidas importam. Ao analisar os conceitos que fundamentam as relações internacionais pode-se identificar que a origem dos conflitos, explorações e o próprio conceito de anarquia partem do pressuposto de que, em nome da sobrevivência, a destruição do outro deve ser outorgada.

Quando se pensa em relações internacionais, numa perspectiva realista e liberal, parte-se do pressuposto de que conceitos como Estado e anarquia são inerentes ao curso gradual do funcionamento do sistema internacional. No construtivismo, percebe-se que a anarquia é um conceito que se adapta aos interesses dos seus agentes (WENDT, 1992). No marxismo, o materialismo histórico aponta a não inércia dos atores enquanto produtores de sua própria

história, logo, o estado de “natureza” e a neutralidade do sistema internacional são negados. Entende-se, então, que os gestores desse sistema definem o que é natureza humana, controlando os modos de produção tanto epistemológicos quanto materiais.

Não havia espaço para que se produzisse além do viés universalizador e enbranquecedor – nos estudos das relações internacionais – antes do pós-colonialismo, que alcançasse tamanha evidência em primeiro momento ou que oferecesse análises do sistema a partir de seus engendramentos imperialistas baseados na raça. Com o advento desse pensamento, porém, as estruturas de exploração foram evidenciadas, mostrou-se que as regras do Sistema Internacional já partiam da configuração mundial sustentada pelo colonialismo. Não haveria neutralidade.

Além desse trabalho evidenciar a importância do pós-colonialismo nas relações internacionais, é necessário que sejam destacados os estudos Decoloniais como essenciais vetores de transformações para povos nas fronteiras, pois “[...]é a resposta epistêmica dos subalternos ao projeto eurocêntrico da modernidade” (GROSFOGUEL, 2009 apud COSTA; GROSFOGUEL, 2016) – visto que, enquanto o movimento pós-colonialista trata de oferecer novas interpretações a teorias anteriormente aceitas como absolutas, os estudos decoloniais oferecem não apenas releituras do passado, mas novas possibilidades de se produzir a partir do Sul, sem que haja uma universalização de experiências, ou busca por uma verdade absoluta, mas reivindicando espaços nos quais Africanos, Latino-americanos e Caribenhos possam expor seus modos de gerir a vida, ressignificar o presente e transformar o futuro longe das amarras teóricas eurocentradas (COSTA; GROSFOGUEL, 2016).

Pensar a Colonialidade do Poder nas Relações Internacionais viabiliza discussões que não se apagam ou se reduzem, mas se fortalecem nas diferenças. Quando se discute luta de classes em Marx, patriarcalismo no feminismo, ou liberdades individuais no neoliberalismo sem que se considere a divisão do trabalho por meio da ideologia de raça como maior mantenedor do capitalismo, não há possibilidade de entendimento completo do funcionamento do sistema internacional em toda sua complexidade, e muito menos possibilidades de criação de novas epistemologias plurais.

A Afrocentricidade, para além da noção ocidental de estudo pós-colonial, tira a Europa do papel de definidora principal, assim como rebate a concepção inferiorizada do sujeito enquanto africano por ela construída, tanto em diáspora quanto aos que vivem no continente. O mundo passa a ser analisado através de lentes epistemológicas negras, decoloniais. Os teóricos

da Afrocentricidade focam no resgate de saberes da África antes do sequestro de tribos africanas pelo Ocidente, para produzir novas possibilidades políticas emancipatórias para o povo preto.

Segundo Asante (2009, p. 93): “[a] Afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômeno atuando sobre a sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos”. Teóricos como Abdias Nascimento, Nah Dove, Asante e Katherine Bankole, produzem conhecimento a partir de um enfoque em experiências africanas, seu sujeito é definido por suas vivências, especificidades e produções de realidade, não mais como o oposto do branco, como ‘o outro’.

Se no ocidente a estrutura do sistema internacional, tal como o modelo de sociedade, é patriarcal, quando se trata de um viés africano, os problemas de gênero tão presentes no ocidente, assim como a própria definição do ser mulher não se assimilam a lógica africana que tem por configuração social o matriarcado. Oyěwùmí (2004) afirma que o gênero é tão importante para feministas euro-americanas porque a família nuclear, que é patriarcal, é o seu ponto de partida. Essa realidade, porém, não dá conta de interpretar diferentes modelos de sociedades em que o gênero não seja instrumento de opressão, como por exemplo, o modelo familiar iorubá não generificado:

A família Iorubá tradicional pode ser descrita como uma família não-generificada. É não-generificada porque papéis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero. Então, significativamente, os centros de poder dentro da família são difusos e não são especificados pelo gênero. Porque o princípio organizador fundamental no seio da família é antiguidade baseada na idade relativa, e não de gênero, as categorias de parentesco codificam antiguidade, e não gênero (OYĚWÚMÍ, 2004, p. 6).

Autores africanos contribuem com novos modos de se pensar o campo das relações internacionais, possibilitam a construção de teorias que não tem origem nos conceitos ocidentais. Exemplos de sociedades africanas e seus modos de gerir a vida podem ser a resposta para se pensar em sociedades que não celebram a desigualdade e triunfem no genocídio. Sociedades que fujam dos moldes necropolíticos e ascendam em cooperação na diversidade.

Considerações Finais

Conclui-se, portanto, que a colonialidade do poder e os estudos afrocentrados podem inferir diretamente sobre a construção do saber nesse campo, visto que é necessária a reformulação de um pensamento internacional que não se sustente numa visão euro-americana do mundo e suas desigualdades de classe, gênero e raça, mas que se reconstrua na pluralidade e em novas definições do que significa ser latino, ser africano. Afinal, como se diz num provérbio africano: “[a] união do rebanho obriga o leão a deitar-se com fome”.

Referências

- ASANTE, Molefe Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- ASANTE, Molefe Kete. Afrocentricidade em questão. [Entrevista concedida a] Maurício Pestana, 1 de agosto de 2012. Disponível em: <https://afrocentricidade.wordpress.com/2012/08/01/afrocentricidade-em-questao/>.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. v. I, II. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BRAGA, Ruy. Globalização ou neocolonialismo? O FMI e a armadilha do ajuste. **Revista Outubro**, 4 ed., 2000. pp. 55-68.
- CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise**: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2 ed., 2001. Disponível em http://funag.gov.br/biblioteca/download/40-Vinte_Anos_de_Crise_-_1919-1939.pdf>. Acesso em: 04 abr 2020.
- CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em < <http://funag.gov.br/loja/download/931-TeoriadasRelacoesInternacionais.pdf>>. Acesso em: 13 mar 2020.
- CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria (Orgs.). **O feminismo no Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA: Núcleo

de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismovinteanos.pdf>>. Acesso em: 05 abril 2020.

COSTA, J. B.; GROSFUGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. In: **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 5 dez. 2016. pp. 15-24.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. Aléxia Bretas.

DOVE, Nah. Uma Crítica Africano-Centrada à Lógica de Marx. Tradução de Wellington Santos; Fernando Jesus. In: **Ensaio Filosóficos**, v. XVI – Dezembro, 2017. Disponível em <http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo16/02_Dove_Ensaio_Filosoficos_Volume_XVI.pdf>. Acesso em: 06 maio 2020.

ELÍBIO JUNIOR, A. M.; ALMEIDA, C. S. Di M. Epistemologias do sul: pós-colonialismo e os estudos das relações internacionais. In: **Cadernos do Tempo Presente**, n. 14, p. 5-11, out./dez. 2013.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KAH, Henry Kam. Kwame Nkrumah and the Pan-African vision: Between acceptance and rebuttal. In: **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v.5, n. 9, Jan./Jun, 2016. pp.141-164. Disponível em < <https://seer.ufrgs.br/austral/article/view/65783/39007>>. Acesso em: 18 abril 2020.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. Power and interdependence. In: **Publisher**. Boston: Little, Brown, 1977.

KLEINGELD, Pauline. Kant's Second Thoughts on Race. In: **Philosophical Quarterly**, v. 57, issue 229, 2007. pp. 573-592 Disponível em: <https://academic.oup.com/pq/article/57/229/573/1539720>>. Acesso em: 18 abr 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. In: Estudos Avançados, n.12 (34), São Paulo,1998. pp. 7-46. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141998000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Mar 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: **Revista Arte & Ensaio**. n. 32, dez. 2016. Disponível em < <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 02 mar 2020

MENDES, Pedro Emanuel. A invenção das Relações Internacionais como ciência social: uma introdução à Ciência e a Política das RI. In: **CEPESE Working Papers**. 2013. Disponível em < <https://tinyurl.com/yddkjyab>>. Acesso em: 19 Jun 2020.

MIGUEL, Vinicius Valentin Raduan. A perspectiva realista na teoria das relações internacionais. Fatores estruturais no sistema político internacional. In: **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2711, 3 dez. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17929>>. Acesso em: 05 abr 2020.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. In: **Revista Estudos Feministas**, 2013, v. 21, n.1, pp.59-80. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100004>. Acesso em: 12 mar 2020.

MORGENTHAU, Hans J. A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução de OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. v. 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes. Disponível em <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%ADconceitualizando_o_g%C3%AAnero._os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf>. Acesso em: 10 abr 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. Colección Sur Sur. pp. 227-278. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 02 fev 2020.

VIGEVANI, Tullo et al. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 83, pp. 111-143, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452011000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Jun 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452011000200005>.

WALTZ, K. N. **Theory of international politics.** Reading, Mass: Addison-Wesley Pub. Co, 1979.

WENDT, Alexander. Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**. n. 46, 1992. pp. 391-425.